

FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA: INTERAÇÕES ESPACIAIS, CIDADES GÊMEAS E NARCOTRÁFICO

Apresentação oral

GT 3: Espaços Fronteiras e Limites e Múltiplas Escalas

Victoria Louredo (UFG)¹

Resumo: Na fronteira Brasil-Colômbia, a realidade da população local é impactada pela atuação de grupos ligados ao tráfico internacional de cocaína. Os reflexos desta situação são sentidos nas cidades gêmeas da Tríplice Fronteira Amazônica, agrupamento urbano que configura um ponto chave em uma rede mundial de narcotráfico. Dessa forma, o presente trabalho busca trazer uma análise geográfica do contexto contemporâneo da fronteira Brasil-Colômbia, enfatizando as interações espaciais nas cidades gêmeas e a dinâmica do tráfico de drogas que se desenvolve naquela região da Amazônia. Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pautada em análise bibliográfica, com recorte temporal abrangendo o período entre a década de 1980 e os dias atuais.

Palavras-chave: Fronteira; Colômbia. Narcotráfico; Cidades gêmeas.

Introdução

A fronteira entre o Brasil e a Colômbia foi demarcada no início do século XX pelos tratados de 1907 e 1928. O limite internacional entre os dois países possui extensão 1.644,2 km, sendo que 808,9 km passam por rios e canais e 835,4 km por fronteiras convencionais e divisores de águas (LNCC, 2018). As interações transfronteiriças entre os dois países são fortemente materializadas do par de cidades gêmeas formado por Letícia (Colômbia), com 53.293 habitantes, e Tabatinga (Brasil), com 66.754 habitantes.

A realidade da diáspora brasileiro-colombiana é marcada pelo isolamento. Situação frequente na maior parte das regiões de fronteira, que está isolada dos centros nacionais de seus respectivos Estados, quer pela ausência de redes de transporte e de comunicação, quer pelo peso político e econômico menor que possui.

Por outro lado, as regiões de fronteira estão também formalmente isoladas dos Estados vizinhos pelo papel disjuntor dos limites políticos. Sem instituições para instrumentá-la, a cooperação entre países vizinhos em regiões de fronteira tem sido feita informalmente e através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países fronteiriços (Machado, 2005).

A fronteira em destaque tem sido marcada por uma preocupação por parte dos Estados nacionais com temas de segurança e defesa militar. Além disso, tem sido caracterizada por crimes florestais, poluição ambiental decorrente do lixo mal descartado, tráfico de pessoas, imigração ilegal, disputas na fronteira do Brasil, pelas guerrilhas no território colombiano, contrabando de ouro, garimpo ilegal e narcotráfico.

Cabe ressaltar que, no âmbito econômico, o PIB per capita das cidades gêmeas, como Letícia e Tabatinga, continua distante da média brasileira, o que já vinha sendo observado ao longo da história (IDESF, 2018). Além disso, na fronteira

¹ Discente do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: victorialouredo@discente.ufg.br

Brasil-Colômbia um fator agravante é a presença de grupos guerrilheiros colombianos e as organizações criminosas brasileiras, ambos envolvidos com o tráfico internacional de cocaína.

O narcotráfico configura um problema social na zona de fronteira, que é caracterizada por índices de educação, renda e emprego menores do que as outras áreas dos respectivos países. No caso da Colômbia, Smith (2007) afirma que o cultivo de folhas de coca dá aos camponeses pobres uma safra mais rentável do que outros tipos de colheita. Contudo, estão também incentivando a criminalidade, já que os lucros permitem aos grupos guerrilheiros adquirir mais armas, assim como qualquer outro exército na região.

Nos últimos anos, as regiões de fronteira voltaram a ser priorizadas pelo governo federal do Brasil. Corroborando este entendimento, no ano de 2023 foi lançada a iniciativa Rotas de Integração Sul-Americana, cuja Rota 2 Amazônica abrange a fronteira Brasil-Colômbia. Já em 2024, foi lançada a Política Nacional de Fronteiras (PNFron). Este recente interesse, somado ao fato dos dois países possuírem governos progressistas no momento, pode potencializar políticas de desenvolvimento na zona de fronteira.

Metodologia

Em relação à metodologia, o presente trabalho configura numa pesquisa qualitativa quanto à abordagem, sendo ainda de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica e documental, sob a ótica da Geografia Política e da Geopolítica, enriquecida com cartografia temática elaborada com o *software* ArcGis.

Análise de resultados

Na zona de fronteira entre Brasil e Colômbia, o Rio Amazonas serve como meio de articulação comercial para as populações — local, regional e nacional — e constitui um elemento de integração sociocultural entre as cidades de Letícia, Tabatinga e a peruana Santa Rosa (Unigarro, 2016).

No caso da Tríplice Fronteira Amazônica, os serviços de saúde que são prestados pelo Hospital da Guarnição (militar) em Tabatinga são buscados por peruanos e colombianos. Esta procura se deve ao fato das localidades peruanas de fronteira não terem assistência adequada. No caso dos municípios colombianos, isso ocorre porque os serviços de saúde são particulares e custosos (Machado 2005).

Outro tema relevante na região é a criminalidade associada ao narcotráfico. Desde as últimas décadas do século XX, o governo brasileiro vem se preocupando com a presença de grupos guerrilheiros e traficantes de drogas ao longo da fronteira, o que levou a projetos como o Programa Calha Norte, a Operação COBRA e a Operação Ágata.

O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985 pelo governo brasileiro, com a intenção de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia setentrional Brasileiro. Na fronteira com a Colômbia, o Exército Brasileiro conta com oito batalhões de fronteira e dois quartéis-generais – Tabatinga e São Gabriel de Cachoeira (Mendel, 2000). Exercendo um papel importante na zona de fronteira da Amazônia brasileira, o PCN é responsável por manter atividades como: manutenção de aeródromos, a construção e manutenção de estradas, a manutenção de pequenas centrais elétricas elétrica, construção hospitalar, distribuição de material escolar, construção de batalhões de fronteira, a construção de escolas e a construção de

poços de água.

A partir da década de 1980, a fronteira Brasil-Colômbia ganhou expressão nacional, tendo em vista que o tráfico de drogas dinamizava a economia local. Em decorrência disso, houve a ampliação do aparato militar e da burocracia dos dois lados do limite internacional na década de 1990. Os traficantes de drogas utilizam as mesmas rotas e as mesmas redes de cumplicidade para transitar armas, pedras preciosas ou seres humanos. Tal diversificação em suas atividades aumenta a nocividade das organizações criminosas. Da mesma forma, somente grupos armados que se enfrentam nos conflitos locais aproveitam todos os pretextos para encontrar recursos que lhes permitam reforçar seu poder de fogo: extorsão, sequestro, pilhagem dos recursos naturais e tráfico de drogas (Labrousse, 2010)

Em Tabatinga, o Estado brasileiro possui policiais federais com a função prioritária de reprimir o tráfico de drogas e realizar o controle de entrada e saída de cidadãos estrangeiros. Em 2015, a Polícia Federal chegou a instalar a Base Anzol, no rio Solimões, cuja função era combater o narcotráfico. No entanto, em 2025 a mesma encontrava-se desativada e a população local chegou a exigir a reabertura da base, queixando-se da ausência de fiscalização no rio, o que gerava avanço do narcotráfico, extração ilegal de madeira e pesca predatória, assim como a atuação de piratas e facções criminosas (Thiago, 2025).

Apesar da ampliação de investimentos, nos últimos anos tem sido registrado um crescimento do tráfico de cocaína, bem como das apreensões realizadas pela Polícia Federal do Brasil no estado do Amazonas (Jacarandá, 2024). Isso denota que apesar das pressões globais para flexibilizar fronteiras, as estruturas militares continuam sendo fundamentais para o controle territorial e a manutenção da soberania nacional.

Já no que tange às operações de controle e segurança no lado colombiano, naquele país, a defesa das fronteiras aéreas, marítimas e terrestres é atribuição da *Oficina de Fronteras y Asuntos Internacionales* (OFAI). O órgão também efetua alianças com países aliados dentro e fora da América do Sul. Para a fronteira com o Brasil existem acordos bilaterais de diferentes escalas, mesmo local, como a Comissão de Vizinhança e Integração. Em termos de presença institucional efetiva, na cidade de Letícia, o Exército Colombiano está presente por meio de duas Brigadas de Selva, um batalhão de Contra Insurgência e um batalhão de treinamento.

Considerações finais

Em anos recentes, o agravamento da crise colombiana levou o Estado brasileiro a reforçar o Exército e a Polícia Federal na fronteira com a Colômbia, destinando mais recursos ao combate ao tráfico de drogas. As diferenças de tributação entre os países também são aproveitadas por indivíduos que realizam o crime do contrabando nas cidades gêmeas de Tabatinga e Letícia. Na região, a atividade pesqueira também é usada para a lavagem de dinheiro do crime organizado.

O ambiente de selva requer tropas especializadas, preparadas para sobrevivência e combate em floresta. O reforço do contingente de militares colombianos na fronteira do Brasil está relacionado à disputa com grupos guerrilheiros que têm no tráfico de drogas uma importante fonte de renda. Dentre os grupos guerrilheiros e paramilitares que atuam na fronteira Brasil-Colômbia merecem destaque as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército de Libertação Nacional (ELN), ambos de orientação de extrema-esquerda, e as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), de extrema-direita (Costa, 2021).

Atualmente, além de grupos paramilitares colombianos, a fronteira Brasil-Colômbia também é local de atuação de organizações criminosas brasileiras como o PCC, o Comando Vermelho e a Família do Norte. Nesse sentido, a Lei nº 12.850/2013, sancionada em 2 de agosto de 2013, é um marco jurídico no combate ao crime organizado no Brasil. Ela define o que é uma organização criminosa e estabelece os procedimentos legais para investigação, obtenção de provas e punição dos envolvidos, detalha os meios legais para investigar essas organizações, como interceptações telefônicas, infiltração de agentes e delação premiada (Brasil, 2013).

É importante destacar que as operações de combate ao crime nesta fronteira fazem os criminosos trocarem as rotas de circulação de ilícitos com frequência. No estado brasileiro do Amazonas, a operação Cobra foi criada para reforçar a fiscalização na fronteira, que ainda é impactada pelos fluxos de imigrantes indocumentados peruanos e colombianos, assim como pela presença da guerrilha colombiana. Os resultados desta operação fizeram com que uma nova rota do narcotráfico fosse usada, através do rio Orenoco, o que reduziu o fluxo de cocaína que atravessa Tabatinga e Leticia (Nogueira, 2020).

Agradecimentos

A autora do presente trabalho agradece o apoio financeiro fornecido pela Fundação de Apoio à Pesquisa, por meio do Edital de Fomento para Apoio à Participação em Eventos - FUNAPE n. 01/2026, no qual foi contemplada.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 5 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12850.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

COSTA, Flávia Foresto Porto da. As Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) e sua Estratégia Paramilitar no fim do século XX: origem, organização e ideologia. **Revista Neiba**, Cadernos Argentina Brasil, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. e58909, 2021. DOI: 10.12957/neiba.2021.58909. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/58909>. Acesso em: 5 nov. 2025.

IDESF (Brasil). **Diagnóstico do desenvolvimento das cidades gêmeas do Brasil**. Foz do Iguaçu: Idesf, 2018. 30 p.

JACARANDÁ, Rodolfo. A Cocaína na Amazônia: o tráfico de drogas e a redistribuição das redes criminais no sudoeste amazônico. **Boletim de Análise Político-Institucional**: dinâmicas da violência na região norte, Brasília, n. 36, p. 81-90, jan. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/716a6eb2-87b3-4cd2-8fac-da382f8bf98a>. Acesso em: 10 nov. 2025.

LNCC. Laboratório Nacional de Computação Científica. **Fronteira Brasil / Colômbia**. Disponível em: <http://info.lncc.br/colomb.html>. Acesso em: 5 jan. 2026.

LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das Drogas**. São Paulo: Desatino, 2010. 143 p.

MACHADO, Lia Osorio. Estado, Territorialidade, redes, cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, María Laura (org.). **Continente em chamas**: globalização e território na américa latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 243-284.

MENDEL, C.W. A Amazônia Brasileira: controlando a hidra. **Military Review**. 2000. Disponível em: <http://www.oocities.org/toamazon/toamilrevbrasileira.htm>. Acesso em: 28 dez. 2025.

NOGUEIRA, Ricardo. Tríplice fronteira: perspectivas socioeconômicas no Alto Solimões. **Amazônia Latitude**, 2020. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2020/04/17/triplice-fronteira-perspectivas-socioeconomicas-no-alto-solimoes>. Acesso em: 5 nov. 2025.

SMITH, Dan. **Atlas dos conflitos mundiais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. 128 p.

UNIGARRO, Daniel Esteban. **Los límites de la triple frontera Amazónica**: encuentros y desencuentros entre brasil, colombia y Perú. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2016. 309 p.